

	Câmara Municipal de Jaguariaíva	ANEXO I DOCUMENTO DE SOLICITAÇÕES DE DIÁRIAS – DSD	Protocolo nº _____ Data: 17/04/2024
NOME DO BENEFICIÁRIO DA DIÁRIA ELIZANDRO RODRIGUES DE MELLO			
CARGO OU FUNÇÃO CONTADOR			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar do curso de Fiscalização de Contratos			
LOCAL DE ORIGEM JAGUARIAÍVA / PR	LOCAL DE DESTINO Foz do Iguaçu / PR	DISTÂNCIA PERCORRIDO ORIGEM/DESTINO 700(km)	DESLOCAMENTO COM VEÍCULO DA CÂMARA? (X) SIM () NÃO
PASSAGENS PAGAS PELA CÂMARA? () SIM (X) NÃO	HOSPEDAGEM PAGA PELA CÂMARA? () SIM (X) NÃO	DATA DE IDA 22/04/2024	DATA DE VOLTA 27/04/2024
HORÁRIO DE SAÍDA 07:00 hrs	HORÁRIO DE RETORNO 18:30 hrs	Nº DE DIARIAS PRETENDIDAS 05 (cinco)	DESLOCAMENTO COM MOTORISTA DA CÂMARA? () SIM (X) NÃO
INICIO DO COMPROMISSO 08:00 hrs		TÉRMINO DO COMPROMISSO 17:30 hrs	
_____ Assinatura do Beneficiário da Diária			
ATO DE CONCESSÃO			
_____ Assinatura do Presidente da Câmara			



I Conferência

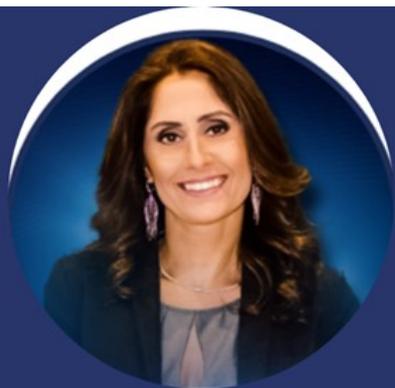
GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

24 A 26 DE ABRIL DE 2024

FOZ DO IGUAÇU,
PARANÁ

 (46) 99970 8582
 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com
 @igamparana



VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE

Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.

Módulo I – Regime contratual e alterações promovidas pela Lei n. 14133/21

24/04/24 – 08H30 AS 12H00

1. Planejamento da contratação
2. Clausulas obrigatórias
3. Prerrogativas e um novo modelo de autoridade
4. Consensualismo
5. Critérios de reajuste
6. Garantias
7. Cláusula step in
8. Duração
9. Responsabilidades do contratado
10. Regras de Transição dos Contratos da Lei n. 8.666 para a Lei n. 14.133/21

Módulo II – Regime sancionador, nulidades e inadimplemento contratual

24/04/24 – 14H00 AS 17H30

1. Nulidades contratuais e Multas, sanções e penalidades em caso de inadimplemento contratual
2. Processo de apuração de responsabilidade, reparação do dano e reabilitação
3. Recursos na aplicação de sanções
4. Consequencialismo decisional e extinção contratual – como implantar
5. Meios alternativos de resolução de controvérsias (comitê de resolução de disputas, conciliação, mediação e arbitragem) – Leis n. 13129/15 e 13.140/2015. A Arbitrabilidade Objetiva e os Direitos Patrimoniais Disponíveis. Clausula arbitral. Câmara de Arbitragem, árbitro e os Dispute Boards. Modalidades e momento de formação dos comitês de resolução de disputas. Publicidade do laudo arbitral



DANIEL PIRES CHRISTOFOLI

Mestre em direito. Advogado graduado pela Pontifícia Universidade Católica. Especialista em direito público pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural. Especialista em direito público pela Escola Superior da Magistratura Federal. Investigador Colaborador do Centro de Investigação Interdisciplinar Direitos Humanos, CIDH, da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Membro do Conselho Editorial da Revista da Associação dos Assessores Jurídicos do Poder Judiciário, PR, ASSEJUR. Revisor de artigos para a Revista Quaestio Iuris, publicação trimestral da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Autor de livros (O regime disciplinar - Aplicado aos servidores estatutários e celetistas). Vasta experiência com a administração pública, instrutor de curso e consultor jurídico do IGAM.vocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.

Módulo III – Sanções contratuais e processo administrativo

25/04/24 – 08H30 AS 12H00

1. As sanções administrativas contratuais;
2. A Dosimetria das penas;
3. Efeitos da aplicação das penalidades mais rígidas e a necessidade de informar
4. o CEIS e o CNEP;
5. A obrigatoriedade de abertura de processo administrativo de responsabilização para averiguação de eventual aplicação de sanções;
6. Um modelo de Portaria;
7. Decifrando o rito;
8. Um modelo de procedimento para o processo administrativo de responsabilização;
9. Um modelo de Relatório para o processo administrativo de responsabilização;
10. Da autoridade competente para aplicar a sanção;
11. Um modelo de notificação de imposição de penalidade;
12. Do recurso;
13. O processo administrativo de responsabilização pela Lei Federal n. 14.133, de 2021 (incisos III e IV do art. 156 da Nova Lei);
14. Da reabilitação.

 (46) 99970 8582
 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com
 @igamparana



RODRIGO PIRONTI

Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor em Direito Econômico pela PUCPR. Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Empresarial pela PUCPR. Certificado em Compliance pela Fipecafi-SP. Certificado em Gestão de Riscos pela QSP Summit. Professor da Graduação e da Especialização da Universidade Positivo - UP. Ex-Procurador Geral do Município de Pinhais. Professor da Escola Superior de Advocacia - ESA. Autor das Obras: Processo Administrativo e Controle da Atividade Regulatória (Ed. Fórum) e Sistema de Controle Interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial (3ª edição, Ed. Fórum).

Módulo IV - Alocação de riscos, governança pública e compliance em contratos administrativos e processo administrativo

25/04/24 - 14H00 AS 17H30

1. Análise geral sobre integridade, compliance e gestão de riscos aplicáveis à Administração Pública
2. Comportamento ético, moralidade e probidade na gestão da pública. Lei de Transparência n. 12527/2011 e motivação dos atos administrativos.
3. Análise dos sistemas de gestão de riscos. Ética e códigos de conduta.
4. Dever ou faculdade no tratamento dos riscos
5. Gestão de riscos e matriz de riscos – obrigações de meio e de resultado
6. Escalas de probabilidade e impacto
7. Diagrama de cálculo de risco
8. Identificação, análise, tratamento e gerenciamento de riscos
9. Taxas de risco e alocação eficiente dos riscos
10. Acesso aos documentos e sigilo. Irregularidades sanáveis e graves, Consultas internas e externas. Análise de impacto regulatório nos sistemas de controle
11. Linhas de defesa e controle preventivo e repressivo

 (46) 99970 8582
 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com
 @igamparana



EDGAR GUIMARÃES

Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação.

Módulo V - Regime de Execução e Fiscalização

26/04/24 - 08H30 AS 12H00

- 1.O papel do fiscal do contrato
- 2.Implantação de um setor de Gestão e Fiscalização de Contratos e mudança de cultura
- 3.Gestão e Fiscalização de Contratos com terceirizados (saúde, educação e engenharia)
- 4.Regimes de execução contratual
- 5.Regras específicas para licitações de engenharia (execução indireta, empreitada por preço unitário, por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratada integrada, contratação semi – integrada) e o papel do fiscal do contrato
- 6.Regras específicas para licitações de serviços gerais e o papel do fiscal do contrato
- 7.Reajuste, revisão, repactuação e reequilíbrio econômico financeiro (o impacto de alterações contratuais)
- 8.Pagamentos, recebimento do objeto e remuneração variável – as atuações e responsabilidade do fiscal do contrato.

 (46) 99970 8582
 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com
 @igamparana

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ZQ2**MGG****8D3****28K**